

Sumário

01- Introdução-----	02
02- Elementos atuais sobre a crise do capitalismo-----	05
03- América Latina: A conjuntura em nosso continente-----	08
04- Uma autocrítica necessária sobre os impactos da crise no Brasil-----	12
05- Ausência do Projeto Popular no cenário político Brasileiro-----	17
5.1- A luta eleitoral -----	18
06- Forças Populares e frentes de atuação-----	21
07- Identidade da Consulta Popular-----	34
08- Desafios para a IV Assembléia Nacional-----	36

01-Introdução

Enfrentamos o complexo desafio dos que se propõem a construir uma organização revolucionária em um período histórico não revolucionário. Acreditamos que a construção de um instrumento político necessário para cumprir as tarefas da transformação social em nosso país necessita se estruturar organizativamente exatamente num momento histórico não revolucionário.

Escolhemos o caminho paciente de investir na construção de uma coluna vertebral de quadros, alicerçados numa confiança mútua, preocupados em assegurar cotidianamente os valores e princípios socialistas.

Sabemos que as dificuldades são gigantescas. Integramos a primeira geração que reconstrói um projeto revolucionário após os impactos morais e ideológicos do fim da União Soviética e das demais experiências de transição socialista do leste europeu.

E nosso balanço é otimista. Ao longo de nossos treze anos de existência, conseguimos formar uma verdadeira coluna de quadros jovens, dedicados à luta e ao estudo, que se caracterizam por uma postura de construtores. Sabemos que este é nosso principal patrimônio.

Não encaramos a construção de núcleos como um mero discurso retórico. Apostamos, de forma persistente e exitosa, nessa forma de organização.

Temos consciência que nosso formato organizativo é complexo e muitas vezes não é claramente compreendido por muitos. Até hoje, optamos em não nos construir como uma agremiação eleitoral, como as já existentes, e não

priorizamos investir energia em nossa visibilidade como organização e sim na visibilidade de nossa proposta política – O Projeto Popular para o Brasil.

Em março de 2005, na 2ª Assembléia Nacional realizada em Goiânia, enfrentamos o debate sobre a construção de um instrumento político. Estávamos conscientes que essa intenção exigiria formular uma estratégia revolucionária e definir uma estrutura organizativa.

De 2005 a 2007, realizamos um debate teórico que envolveu democraticamente o conjunto da militância e resultou na construção do Programa Estratégico aprovado em nossa III Assembléia Nacional “Apolônio de Carvalho” em Belo Horizonte.

Desde então, investimos nos “Cursos do Programa Estratégico” que permitiram que a militância se apropriasse do conteúdo e extraísse conclusões práticas de nossas formulações. Toda a organização foi envolvida neste processo.

Em dezembro de 2008, realizamos nossa II Plenária Nacional “Aurora Maria do Nascimento Furtado”, voltada para a definição da tática.

O grande desafio de nosso projeto organizativo é dar um salto de qualidade. É nesse momento que convocamos a IV Assembléia Nacional prevista para 2011.

O Objetivo da III Plenária Nacional “João Cândido, Almirante Negro, Herói do Povo Brasileiro” realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, nos dias 24 a 28 de fevereiro de 2010, foi definir a pauta e discutir os desafios preparatórios da nossa IV Assembléia Nacional. Também discutimos a nossa posição sobre as

eleições gerais de 2010, nossa atuação nas frentes de massas e as perspectivas.

Resgatamos as deliberações táticas de nossa II Plenária Nacional “Aurora Maria do Nascimento Furtado” e avaliamos sua atualidade, limites e incorreções.

Construímos um verdadeiro roteiro para que todos os núcleos e militantes debatam os grandes desafios que devemos enfrentar em nossa IV Assembléia Nacional.

Este documento contém novas resoluções e um roteiro de desafios para o processo preparatório da IV Assembléia Nacional. É um estímulo central para o debate que será complementado pelos “Cadernos de Debates”, plenárias e assembléias estaduais, coordenações estaduais, seminários nacionais e, principalmente nos núcleos que elegerão os delegados.

Utilizamos como metodologia, retomar as orientações táticas definidas em nossa II Plenária, apresentando em seguida os debates e os desafios identificados nesta III Plenária.

Confiamos em que este processo possibilitará um intenso debate e formulação coletiva.

É mais um passo fundamental em nossa exitosa construção.

Temos orgulho da coerência de nossa caminhada.

Somos a Consulta Popular!

Coordenação Nacional da Consulta Popular

02- Elementos atuais da crise do capitalismo

O momento atual da Crise econômica internacional

Decorridos dois anos do início da crise econômica internacional deflagrada nos países do centro capitalista em 2007, um grande número de analistas passou a defender a superação da mesma. No Brasil, esta avaliação otimista do cenário internacional vem ganhando força pela influência do relativamente estável ambiente econômico e político interno.

A nova fase da crise econômica internacional deflagrada em 2007, a de crise fiscal de Estados Nacionais com dificuldades de honrarem as dívidas públicas crescentes ligadas aos programas de ajuda aos bancos e empresas, recoloca novas ameaças de desvalorização do capital, agora centrada naqueles capitais diretamente aplicados nas dívidas públicas, manifestando novamente no centro capitalista, mas desta vez nos países da periferia européia, a exemplo de Grécia e Espanha.

O desempenho da economia mundial neste contexto é de recuperação ainda fraca, com maiores dificuldades nos países do centro imperialista (Japão, Zona do euro e EUA), os quais cresceram no segundo semestre de 2009, mas apenas nos EUA ocorreu um aumento dos Investimentos (muito influenciado pela diminuição de estoques). A manutenção de altas taxas de desemprego nestas regiões, aliadas a um início da recuperação do comércio internacional observada apenas no último trimestre de 2009, contribuem para a incerteza da

passagem a uma fase de retomada do ciclo econômico mundial.

Desafios para o debate:

1) Uma das principais questões para o ano de 2010 é se a crise fiscal e os problemas com a dívida externa ficarão restritos à Grécia ou se estenderão definitivamente para Portugal, Espanha e Itália e outros países. O discurso do FMI e as medidas tomadas pelos governos desses países sugerem uma probabilidade muito alta de transbordamento da situação grega para o conjunto da periferia européia nos próximos meses.

Este cenário coloca os efeitos que uma crise ampliada da periferia européia teria sobre as economias da Alemanha e França. Não só a saúde do sistema financeiro franco-germânico depende da abrangência da crise, mas a própria produção industrial (principalmente as exportações alemãs) depende diretamente ao crescimento da periferia européia.

Em se ampliando a crise e atingindo França e Alemanha, teríamos um cenário de uma nova fase recessiva ou duplo mergulho europeu, influenciando negativamente a economia norte-americana e mundial, dado os efeitos diretos de retração dos fluxos de comércio e investimento europeus.

O crescimento mundial e especialmente europeu em bases fracas, a capacidade de garantia de propriedade que as medidas de ajuste impostas pelo FMI e BCE terão sobre o mercado financeiro internacional, e a capacidade de resistência dos trabalhadores europeus serão os

determinantes para o desenrolar da atual fase da crise internacional.

Para além desses importantes pontos, a questão central de fundo, a retomada da elevação da taxa de lucro internacional, ainda parece incerta. A queima/desvalorização de capital em grandes proporções, que implica em recessões e depressões, vem sendo até agora evitada pela atuação dos Estados Nacionais, deslocando toda a tentativa de aumento da taxa de lucro para a taxa de mais-valia, corporificada nos ataques contra os trabalhadores por todo o mundo.

Uma recaída europeia pode indicar que estamos diante do esgotamento do aumento da taxa de mais-valia para a retomada da taxa de lucro, colocando de forma incontornável a desvalorização de parte do estoque mundial de capital.

Esse quadro sinaliza a possibilidade de um novo agravamento mundial da crise?

Quais as possibilidades de um conflito militar envolvendo um ataque ao Irã?

3 - América Latina: A conjuntura em nosso continente

A administração Obama vem se mostrando muito mais militarizada, incisiva e atuante na América Latina, atribuindo uma nova importância à região na agenda estratégica de dominação e exploração da burguesia estadunidense, colocando a questão dos motivos para esta mudança de qualidade na intervenção estadunidense na América Latina.

Uma possível explicação vem da conjunção de três processos econômicos e políticos já presentes na década de 2000, mas que ganharam força nos últimos anos.

O primeiro processo deriva da crise econômica nos EUA, manifesta em 2007 com os problemas no mercado hipotecário. Diante da necessidade de reativar o circuito de acumulação de capital nos EUA, o aumento nos gastos militares impulsionaria todo o complexo bélico norte-americano e contribuiria para incentivar os demais ramos da economia. Tais gastos se traduziriam no aumento da intervenção militar na América Latina.

O segundo processo explicativo a ser agregado no entendimento do imperialismo estadunidense na América Latina é a resistência e o papel contra-hegemônico desempenhado pelo projeto bolivariano, liderado pela Venezuela e materializado na ALBA, único mundialmente a ter sucesso no campo da esquerda na atualidade. Por trazer intrinsecamente a contestação da influência dos EUA na região, o combate à ALBA é uma prioridade dos EUA, o que justificaria o aumento da intervenção militar como mais uma tática empregada para quebrar a resistência do projeto bolivariano.

O terceiro processo explicativo que se agrega aos anteriores é o acirramento das disputas interimperialistas na região. Após uma década de elevado crescimento com internacionalização de sua burguesia, o capitalismo brasileiro vem ganhando influência e espaço na América Latina, o que acirrará a concorrência econômica com os EUA e incentivará a guinada imperialista deste último como forma de contraposição. A isto, deveria ser agregado o aumento da influência econômica asiática na AL, em especial a chinesa, em detrimento da norte americana.

O golpe em Honduras, de 28 de junho de 2009, é parte de uma estratégia do imperialismo- leia-se complexo industrial-militar, mais forças direitistas do pentágono e das classes dominantes dos países latinos em resposta à onda de lutas e reorganização dos setores populares no continente. Lutas que resultaram em vitórias eleitorais, como a Bolívia, Venezuela, El Salvador, Nicarágua, Paraguai e governos do campo popular, como o Lula, Kirchner, Tabaré.

A ALBA é o resultado desse processo progressista, numa perspectiva de integração solidária dos povos. Nesse contexto o golpe contra Zelaya que era fruto da oligarquia, foi também um recado direto para EL Salvador e Nicarágua.

As forças armadas de Honduras, assim como da maioria dos países latinos, apresentam muita influência da Escola das Américas, dos EUA. E mesmo quando algumas delas se manifestam nacionalistas, são de cunho antipopular.

O anúncio do acordo militar para as bases dos Estados Unidos na Colômbia, as denúncias permanentes de ligação da Venezuela e Equador com os insurgentes, são parte de uma estratégia que tem alguns objetivos:

- Garantir a continuidade para consolidar o projeto político implementado por Uribe;
- Aprovar o TLC com os EUA, sendo a moeda de troca exigida pelos EUA as sete bases (bases do exército, marinha e aeronáutica). Como a economia colombiana é muito dependente da Venezuela (cerca de 60% do comércio) forçam a aprovação do TLC (tratado de livre comércio) com EUA, e para viabilizar cederam as bases. Seria o papel de ser o Israel da América Latina;
- E as bases militares são parte dessa estratégia, e todos os dias têm uma pequena provocação ao governo venezuelano;
- Grupo de paramilitares colombianos, atuando na Venezuela;
- A direita da Venezuela ajudando a dar voz a grupos radicais venezuelanos para estimular a luta armada. Isso seria benéfico para a estratégia de intervenção militar.

O que percebemos é que a atuação do imperialismo norte-americano segue com intensidade, mesmo com discursos mais brandos do Obama. Isso reforça a tese da centralidade do imperialismo como inimigo número um das forças populares do continente.

Desafios para o debate:

É preciso aprofundar o debate sobre as disputas interimperialistas em nossa região. Há fundamento nas

teorias que vêm sustentando que o Brasil converteu-se num novo pólo imperialista?

Qual é a diferença entre afirmar que o Brasil é imperialista e o conceito de subimperialismo desenvolvido por Rui Mauro Marini?

Em diversas análises de conjuntura temos afirmado que existem três projetos políticos em curso em nosso continente. O primeiro é o projeto do imperialismo encabeçado pelos EUA, o segundo é o projeto encabeçado pelo Governo Brasileiro e o terceiro, vinculado aos países da ALBA. Está correta a afirmação de que existem hoje três projetos em disputa na América latina?

Neste caso quais são as características que diferenciam o projeto 2 e 3?

Quais as alterações do papel do Brasil na atual conjuntura e o que isso implica em nossa tática?

4- Uma autocrítica necessária sobre nossa leitura dos impactos da crise no Brasil

Afirmamos na II plenária: “O Brasil não está menos vulnerável à crise. Muito ao contrário. Ela encerra um ciclo de crescimento no qual a burguesia se fortaleceu, não só pelas condições favoráveis de acumulação (evidenciadas nas elevadas taxas de investimento dos últimos anos), com destaque para as frações exportadoras (ligadas principalmente a grãos e minérios) e o setor financeiro (sucessivos recordes tanto de cotação na Bolsa de Valores, quanto de lucro dos grandes bancos), mas também de integração ao capital internacional (grande afluxo de capitais estrangeiros nas chamadas formas de investimento direto e portfólio), fato que já tínhamos concluído em nosso Programa Estratégico (itens 6 e 9), o da burguesia brasileira não apresentar projeto de caráter nacional e sim de integração à burguesia internacional.”

Com isso, as bases da estratégia de conciliação de classe até então implementadas pelo governo Lula, permitindo grandes ganhos da burguesia em troca de pequenas concessões aos trabalhadores (diminuição do desemprego, programas sociais compensatórios, aumento do rendimento médio real), colocam-se em xeque.

Elementos para entender o Brasil na Crise Internacional e o nosso erro.

Apesar de termos acertado na análise geral da Crise quando afirmamos em nossa III Plenária Nacional: *“Não estamos diante de apenas uma crise do modelo neoliberal*

ou de uma mera crise financeira, mas de uma crise global, prolongada, com características depressivas e recessivas (...)”, não conseguimos fazer a análise mais específica do Brasil dentro deste cenário. Não interpretamos corretamente a capacidade da economia brasileira para superar os impactos da crise internacional do capitalismo. Nosso equívoco, assim como da maioria das forças de esquerda, consistiu em desconsiderarmos os seguintes elementos:

1. Os bancos brasileiros não estavam tão dependentes do capital fictício, especulativo, como estavam os bancos dos EUA e de outros países centrais do sistema capitalista. Mas empresas do setor produtivo – como a Sadia, Aracruz e Votorantim - tinham feito muitos investimentos de capital especulativo e pagaram caro, quase quebraram.
2. O capital financeiro internacional aplicado na bolsa e em ações de empresas no Brasil não fugiu (como aconteceu em diversos outros países). Ao contrário, pelas dimensões do país, pela natureza do governo e o potencial de retorno dos investimentos, muitos viram o Brasil como um porto seguro para seu capital financeiro.
3. O estado brasileiro e o Governo federal atuaram com muita agilidade com medidas de política econômica, que representaram um colchão de proteção às empresas capitalistas, dos setores mais dinâmicos da economia. Assim, desonerou o IPI da indústria automobilística e da linha “branca”, que representou isenção de 40 bilhões de reais. Diminuiu o percentual de depósitos compulsórios no BC, que deixou no mercado 80 bilhões reais. Transferiu 100 bilhões de reais do tesouro nacional para o BNDES aplicar em projetos de investimento. Manteve a

política de valorização do câmbio, que interessava ao capital internacional.

4. A dinâmica do mercado de trabalho do Brasil ajudou a manter uma certa estabilidade. O aumento real do salário mínimo, os benefícios da previdência, o programa bolsa família, etc. garantiram uma demanda de bens de consumo não duráveis no mercado interno, que impediu aumento generalizado do desemprego na indústria.

5. Por outro lado, hoje mais de 50% da força de trabalho já está na informalidade e, portanto, não depende de emprego industrial, e já está acostumada com a precariedade do trabalho, independente da crise.

6. O Mercado externo das mercadorias brasileiras se voltou mais para a China e América latina, e assim não teve tantas conseqüências da dependência anterior em relação ao mercado Estadunidense e europeu.

7. Muitas empresas brasileiras avançaram em sua natureza subimperialista ou transnacional, aumentaram investimentos no exterior, e trouxeram de lá, mais lucros gerados por outros povos.

8. Mesmo assim, na maior parte das fábricas se percebeu mudanças nos métodos de organização do trabalho e no aumento da produtividade e da exploração da classe trabalhadora.

Com efeito, a economia brasileira apresentou sinais de retomada do ritmo de crescimento no último trimestre de 2009, principalmente na Indústria, contribuindo para a queda das taxas de desemprego metropolitanas no final de 2009. A expansão da concessão de crédito no Brasil contribui para este cenário, com uma retomada do crédito às empresas já em meados de 2009.

O cenário interno promissor não se reproduz no âmbito da inserção da economia brasileira no mercado mundial. No decorrer de 2009, presenciamos o aprofundamento do déficit nas Transações Correntes, confirmando ser o nível das exportações insuficiente para contrapor-se à junção entre o aumento no nível das importações, decorrente da retomada na atividade econômica, e o forte aumento no envio de lucros e dividendos ao exterior. Junto a isto, presenciamos um volume crescente de entrada de capitais internacionais nos últimos meses, sobretudo os de caráter mais especulativos, potencializando os problemas advindos de um cenário internacional de problemas fiscais no centro capitalista, não pagamento de dívidas e especulação contra moedas.

A mudança de qualidade que presenciamos na crise internacional, transformando-se em crise fiscal de muitos estados, com potencialidade de adentrar o estágio de crise monetária, traz dúvidas quanto à renovação da capacidade de isolamento da economia brasileira, pois estamos dependentes da entrada de capitais estrangeiros para fazer frente a uma intensificação da remessa e repatriação de lucros e dividendos que supera o novo patamar da balança comercial brasileira.

O cenário de retomada do crescimento econômico no Brasil, com as características acima apontadas, consolida uma correlação de forças mais favorável à burguesia local e internacional, por meio de dois processos políticos.

O primeiro processo é a hegemonia dos interesses da burguesia no processo eleitoral de 2010, fazendo com que o debate de fundo que permeará esta eleição será a escolha da forma de fortalecimento da burguesia local,

seja pela maior intervenção estatal que orienta a candidatura petista, seja pela maior exposição à livre concorrência internacional e à privatização de dimensões públicas, constitutivas do ideário tucano.

O segundo processo político de mudança na correlação de forças decorre da tese de que o período do governo Lula presenciou uma nova fração da burguesia local, ligada ao grande capital industrial, sendo alçada à condição de co-hegemônica, somando-se a fração ligada às finanças, formando um bloco burguês mais abrangente e, portanto, mais forte na década de 2000. O mecanismo usado para a acomodação dos interesses dessas distintas frações da burguesia foi conferir a trajetória de valorização do câmbio aos interesses das finanças, e a concessão de crédito para o grande capital industrial, principalmente para aqueles setores mais prejudicados pelo câmbio, de modo a incentivar a modernização tecnológica, a diminuição de custos, e o aumento da participação no mercado por Fusões e Aquisições.

Todos esses elementos que não foram considerados em nossa análise efetuada na II Plenária Nacional desmentiram a previsão de que ocorreriam mudanças imediatas na correlação de forças, bem como a possibilidade de um reascenso da luta de massas.

5- O cenário político no próximo período e a ausência do Projeto Popular nas eleições de 2010

Ao longo de sua construção na década de 80, o Partido dos Trabalhadores sistematizou o denominado Programa Democrático Popular que enfrenta os principais problemas estruturais do Brasil. Esse programa que contempla a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, o ensino público gratuito, a estatização do setor financeiro e dos grandes meios de comunicação de massa, segue extremamente atual. Este foi o programa, que na essência, esteve presente na campanha eleitoral de 1989 quando Lula foi derrotado por Collor. Ainda hoje, mesmo que algumas forças discordem do nome “democrático popular”, tais medidas programáticas seguem unificando a maioria dos setores populares. Porém, o Programa Democrático Popular foi abandonado pelo PT e o Governo Lula nem cogitou assumi-lo. Tal situação acarretou grande frustração nos setores organizados de nossa sociedade, que construíram coletivamente a candidatura Lula como principal tática política.

Em nossa III Assembléia Nacional, realizada em julho de 2007, caracterizamos o governo como “um fracasso histórico do ponto de vista da perspectiva da transformação social”.

Todavia, a grande maioria de nosso povo não tinha expectativa da implementação das medidas do Programa Democrático Popular e não enxergou as ações do governo como rebaixamento e sim enquanto conquistas.

Próximo ao final de seu segundo mandato Lula segue sendo a principal referência de massas e sua liderança sai fortalecida.

Desafios para o debate:

Como compreender a base social de sustentação e apoio de Lula?

Quais as conseqüências para a luta de classes da consolidação da liderança de Lula no imaginário popular nos próximos anos?

5.1 - A luta eleitoral

Reafirmamos o entendimento das nossas Resoluções táticas sobre o papel da luta eleitoral entendendo que a nossa formulação continua atual acerca do Estado, do governo e sobre a centralidade do poder e da luta política.

Apesar de todos os investimentos das forças populares no último período em construção de lutas unitárias, estas não foram suficientes para alterar a correlação de forças e colocar o Projeto Popular dentro da disputa eleitoral. Isso significa que a burguesia segue definindo o campo da luta e a participação popular está restrita ao voto e à escolha entre dois projetos do campo capitalista.

E mais uma vez no debate da eleição presidencial de 2010, não se coloca uma candidatura que expresse o Projeto Popular para o Brasil;

As candidaturas do campo progressista saem novamente divididas, incapazes de unificar as forças populares na construção de força social em torno do programa que expressa as transformações necessárias.

Dessa maneira a disputa eleitoral converteu-se em um plebiscito entre as Candidaturas Dilma e Serra:

De um lado a Candidatura Dilma que representa a continuidade do atual governo, mantendo a atual política econômica e realizando um processo de conciliação de classes, mas representando para as massas um governo comprometido com conquistas pontuais que representam melhorias de vida. Além de uma simbologia construída na luta de classes e uma política internacional mais progressista.

De outro temos a candidatura do Serra que expressa de maneira mais pura o projeto do capital, as forças mais atrasadas e conservadoras que apostam na retomada do processo de entreguismo do Brasil para o Capital Internacional com o aprofundamento das privatizações, desnacionalizações, intensificação da redução e retirada de direitos trabalhistas, criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Considerando esses elementos, entendemos que nossa atuação no período eleitoral deve ser aquela que possibilite avançar no nosso objetivo estratégico, avançar na nossa identidade ideológica e na construção interna. Para isso decidimos:

- Aproveitar o momento eleitoral para promover a agitação e propaganda dos pontos programáticos do Projeto Popular. Nosso calendário em 2010 estará centrado nas lutas e campanhas que unificam as forças populares e fortalecem o Projeto Popular;

- Derrotar as candidaturas anti-populares, alinhadas com o imperialismo e o neoliberalismo. A candidatura articulada em torno do DEM e PSDB são a expressão desse alinhamento.
- Também nas candidaturas aos governos estaduais e aos parlamentos nosso papel é barrar as candidaturas que expressem esse campo político. Caberá às Coordenações Estaduais, acompanhadas pela CN, essa avaliação e posicionamento.

Neste momento de dispersão e fragmentação das forças de esquerda, os nossos esforços devem estar voltados para a defesa do Projeto Popular para o Brasil, e ações que possibilitem o avanço da consciência das massas e a construção de unidade permanente das forças populares que organizam a classe trabalhadora para além do período eleitoral.

Nossa tarefa é trabalhar para que esta unidade seja baseada nas lutas e que avancem para a construção de um programa do Projeto Popular que recoloca no cenário político a disputa do poder real.

06-Forças Populares e frentes de atuação

Na atual conjuntura, com o rearranjo das forças de esquerda temos o desafio de desenvolver lutas nacionais que unifiquem as forças populares, contribuam na alteração da correlação de forças e propagandeiem o Projeto Popular.

Desafios para o debate:

Que medidas podemos incorporar em nosso Plano de Construção e Organização que nos possibilitem responder a esses desafios apontados?

Qual é a questão que pode produzir tal mobilização?

Como construir força social na classe trabalhadora?

Qual é o papel que a Assembléia Popular pode cumprir nessa conjuntura?

Sindical:

Resgatamos a atualidade das deliberações da 2ª Plenária Nacional “Aurora do Nascimento Furtado”:

“É prioritário construir força própria na classe trabalhadora. O proletariado, em especial a classe operária industrial, constitui o sujeito social decisivo deste momento histórico. Porém, esse setor do proletariado ainda sofre o impacto desse período de descenso, permanecendo ainda anestesiado no Brasil.

A década de 1990, com a intensa ofensiva do capital que reduziu mundialmente a massa de salários e gerou uma profunda reestruturação produtiva com a precarização do trabalho, abalou significativamente o sindicalismo dos setores industriais, que, na década de 1980 era o pólo avançado da luta popular. Isso fez com que esse campo de atuação perdesse a centralidade na luta. A tendência é que essa situação se altere qualitativamente nos próximos anos. Para tanto, será necessário concentrar energias na organização por local de trabalho e enfrentar os seguintes desafios:

- a) Uma estrutura sindical engessada, que não incorpora novos quadros;*
- b) Uma direção sindical pulverizada que concentra energias na manutenção de entidades enquanto aparelhos de arrecadação financeira e secundariza a promoção de lutas conjuntas e articuladas;*
- c) Um cenário repressivo que tenta impedir qualquer tentativa de organização por local de trabalho;*
- d) Uma base jovem, inexperiente nas lutas e desvinculada dos dirigentes sindicais que vivenciaram o ascenso dos anos de 1980;*
- e) Predominância de trabalho precarizado, terceirizado ou transitório, dificultando a organização por local de trabalho.*
- f) Medidas jurídicas que blindam e dificultam a greve, organização por local de trabalho e formas de luta;*
- g) A figura de Lula – carisma e identidade de uma liderança errática e ambígua que gera confusão e despolitização. O prolongamento da crise pode gerar no setor da juventude da classe trabalhadora uma reação de*

caráter classista, que provavelmente encontrará dificuldades em passar por dentro dos sindicatos.

Nosso papel é estimular todas as experiências avançadas que busquem romper e enfrentar os desafios organizativos enfrentados pelos trabalhadores, sempre buscando impulsioná-los, radicalizá-los e, em especial, politizá-los em torno da alternativa do Projeto Popular.

É importante resgatar a experiência de construção de núcleos silenciosos e conspirativos que desenvolvem um paciente trabalho organizativo nos locais de trabalho; construir lutas que visem superar as ações meramente corporativas e que possuam capacidade de envolver mais de uma categoria.

É preciso avançar na construção de uma linha de atuação no movimento sindical, sistematizar as atuais experiências de luta que já temos e prosseguir no estudo sobre as áreas e setores estratégicos da organização dos trabalhadores. Porém, o mais importante é investir energias em tentativas criativas para construir experiências de organização na classe trabalhadora. Devemos nos tencionar para buscar contatos e caminhos para construir a inserção nos setores identificados como prioritários em nosso Plano Nacional de Construção.

Será importante travar a luta ideológica com as concepções economicistas que descartam a importância da luta política mantendo os trabalhadores apenas no patamar das reivindicações econômicas.”

Princípios de nossa ação, de nossa concepção:

- Nosso eixo no movimento sindical deve ser aquilo que queremos construir na sociedade: construir força social que tenha por objetivo a conquista do poder, ou seja, uma força revolucionária. O poder é questão central;
- A nossa militância deve atuar de acordo com uma concepção classista, colocando em pauta o projeto popular, desenvolvendo ações de solidariedade, contribuindo com a unidade da classe e pautada por valores socialistas, reconstituindo a identidade de classe;
- A nossa inserção deve ser dar com a nossa cara própria, com o nosso modo de fazer política, que significa não cair no dualismo governo/não governo;
- Reconstituir as relações entre as bases e as direções sindicais;
- Renovação permanente das direções sindicais desenvolvendo as novas lideranças, investindo na formação dos militantes;
- Desenvolver trabalho de base que equilibre questões econômicas e políticas;
- A nossa inserção sindical precisa ser planejada levando em consideração o contexto da luta em cada local, bem como o perfil e situação dos nossos militantes. Não é questão de princípio a inserção dos militantes em diretoria de sindicato ou na construção de oposições sindicais, pois essa forma de inserção deve ser pensada caso a caso;
- É necessário defendermos nossa posição política de forma ativa, não nos deixando cooptar, intimidar, perder nossa identidade ou desviar de nosso horizonte estratégico em razão de pressões exercidas por outras organizações e suas táticas;

- Nossa atuação sindical deve ter em vista também o combate a opressões e desigualdades no interior da classe (ex: negro, mulher, LGBT);
- O Projeto Popular na luta sindical deve ter como questões chaves o método e as bandeiras que possibilitem o acirramento do capital trabalho;

Desafios para o debate:

- Analisar as bandeiras históricas, avaliando sua pertinência na atualidade.
- Como não perder a dimensão política ao construir as pautas econômicas?
- A reestruturação produtiva no Brasil.
- Como se expressam atualmente as concepções economicistas no movimento sindical?
- Quais as experiências de organizativas e como retomá-las?
- Como se deram as mudanças das formas de organização por local de trabalho?
- As possibilidades de inserção da militância: direções, bases, públicas, clandestina, chão de fábrica, bairro.
- Formas organizativas: núcleos, células, grupos de trabalho.
- Que tipo de sindicato e centrais nós precisamos para dar conta da construção de força social necessária para um projeto revolucionário?
- Como atuar nas diferentes centrais com identidade própria?
- Como fortalecer a luta em momento de descenso?

- Linha de atuação tática: elemento aglutinador das lutas e enraizamento no mundo sindical, que demanda orientações e linhas de ação.
- Promover a unidade, identificar formas de transformar a luta econômica em luta política na luta pelo poder.
- É possível pensar a organização dos desempregados dentro da luta operária e sindical?

Possibilidades organizativas/ sugestões de ação

- Debater e estudar a questão da saúde do trabalhador, (alcoolismo, depressão), assédio moral, como ponto de apoio para mobilização, construção de identidade, debate de projeto, etc.;
- Formação voltada para compreensão dos mecanismos do capital para conter a luta, do processo de reestruturação;
- Fazer mapeamento das categorias para inserção, considerar a questão de como organizar a juventude trabalhadora, negros e mulheres;
- Redução da Jornada de trabalho;
- Ocupar espaços dos instrumentos do mov. sindical, para colocar o debate do Projeto Popular;

Inserção

Nossa inserção deve ser vinculada ao plano de construção da força própria: no movimento sindical não pode ser descolada da nossa estratégia estando ela vinculada também ao nosso plano de construção nacional.

Para isso precisamos identificar quais são os nossos inimigos principais, setores e territórios estratégicos.

Como organizar os trabalhadores vinculados às grandes empresas?

Portas de inserção:

- Escolas técnicas secundárias;
- Movimento estudantil secundário e universitário;
- Assembléia Popular;
- Trabalho de base por local de moradia;
- Movimento Passe Livre;
- Agitação em porta de fábrica deve ser feita por quem atua na determinada fábrica pela capacidade de diálogo.

Para atuação

- Escolher local de atuação;
- Estabelecer relações;
- Identificar militantes e/ou conquistar lideranças;
- Cursinhos para concursos em áreas de nosso interesse;
- Formação específica sobre a luta sindical;

Política de alianças:

- Hoje nós temos uma diversidade de alianças em nossa atuação que serão alteradas conforme o avanço de nossas concepções e definições estratégicas para a atuação sindical.

Preparação dos quadros e da organização:

- Identificar as melhores formas de inserção e coordenar a entrada dos militantes;
- Formar os militantes para atuar nos sindicatos;
- Agitar e propagandear o Projeto Popular;
- Política de finanças;

Orientações gerais para atuação no setor:

- Identificar onde estamos (setores, categorias, centrais), quantos somos;
- Verificar a disponibilidade de militantes para inserção em setores onde precisamos atuar;
- Manter a vinculação com os movimentos populares;
- Buscar equilibrar na nossa atuação as pautas econômicas e políticas;
- Fortalecer os nossos quadros para que atuem conforme política e concepção da organização independente de com quais forças atuem na luta sindical;
- Intervir e influenciar a luta sindical com vistas à nossa política de construção de projeto popular;
- Combinar as ações entre os diversos setores contribuindo com a construção do plano de organização;
- Planejar o funcionamento do setor sindical é tarefa do todo da organização;
- Ganhar sindicatos e construir trabalho de base não são ações antagônicas e devemos atuar nas duas frentes;
- Nossa prioridade não é a forma organizativa e sim a concepção política de nossa atuação.

Construção da articulação dos Movimentos Sociais na ALBA

No debate da integração continental temos priorizado a construção de espaço mais efetivo dos movimentos sociais que vêm debatendo a Alba. Outro espaço tem acontecido dentro do FSM (Fórum Social Mundial) com a Assembléia dos Movimentos Sociais, espaço para dialogar com os demais movimentos sociais.

Desafios para o debate

- Definir uma bandeira de luta, que possa unificar os movimentos no continente. O tema da Militarização é um importante elemento unificador. As Bases militares no continente – argentina Malvinas, as bases na Colômbia – com raio de ação que abrange toda a America do Sul. Golpe em Honduras. Militarização no Haiti. Todo esse contexto poderá gerar um debate favorável em torno mobilização contra as ações militares do imperialismo. Um bom exemplo é a Campanha Continental Contra As Bases Militares e Estrangeiras.
- Precisamos construir os capítulos nacionais da articulação da Alba.
- Construir uma grande assembléia continental dos movimentos sociais. Quatro linhas centrais – militarização, mudanças climáticas, soberania alimentar, crise sistêmica.

Mulheres:

O setor de Mulheres é um dos setores que mais avançaram no último período, com capacidade de atuação nas lutas, participando ativamente das jornadas de lutas gerais e específicas e articulação com outras forças. O principal acúmulo nacional está registrado na carta das Mulheres da Consulta dezembro de 2008:

“Podemos afirmar que a classe trabalhadora não é homogênea. Analisar as particularidades do sujeito revolucionário e as formas ofensivas de exploração que este sofre pelo capital exige percebermos que a classe trabalhadora tem dois sexos. Ignorar esta realidade é fragmentar nossa condição de sujeito favorecendo, portanto, este sistema. Nesta perspectiva, explicitarmos as desigualdades não divide a classe, ao contrário, possibilita-nos uma leitura de totalidade que potencializa a nossa luta pela emancipação.

Neste sentido, o encontro da nossa organização com o feminismo é necessário e urgente, pois o feminismo ao confrontar a propriedade privada e toda a ideologia que a sustenta se coloca como perspectiva estratégica para um instrumento revolucionário. Cabe neste momento, lembrarmos de experiências revolucionárias que por não perceber este caráter da luta feminista reproduziram em seu interior a ideologia e os mecanismos de opressão e desigualdade, entre homens e mulheres, na divisão sexual e política das tarefas revolucionárias.

A luta feminista não é isolada, é parte da luta de classes. Numa perspectiva dialética de totalidade, como nos ensina o método de Marx, o feminismo deve compor uma unidade com a luta classista. Afinal a emancipação das mulheres e dos homens impõe uma ruptura com o

sistema capitalista, não apenas na base material da produção, mas também, no campo dos valores, do modo de vida e da cultura.

Assim, compreendemos que não podemos construir nossa luta por liberdade e igualdade numa perspectiva etapista. Uma vez que o patriarcado, como sistema de dominação e exploração das mulheres, é anterior ao capitalismo e milenar está encarnado no tecido social. Destruí-lo é uma tarefa diária de todas as pessoas revolucionárias que devem, desde já, alimentar novos valores, pautados na igualdade, na solidariedade e na liberdade. Queremos uma revolução por inteiro, libertando mulheres e homens de todas as opressões!”

Desafios para o Debate:

Aprofundamento da compreensão do feminismo como parte da nossa estratégia;

Consolidação da auto-organização das mulheres; Enraizamento do feminismo na Consulta Popular como práxis; Construir nossa intencionalidade na atuação nas frentes feministas, de mulheres e na organização das mulheres.

Juventude e Movimento Estudantil

Desafios para o debate

Aprofundar o debate sobre nossas experiências de construção organizativa da juventude com o intuito de transformá-la numa proposta nacional

Definir uma linha política para o movimento estudantil, que possa organizar nossa intervenção seja na União Nacional dos Estudantes, Federações ou Executivas de Curso. Nessa construção deveremos enfrentar o debate junto à base sobre o papel de uma entidade nacional dos estudantes e as mudanças necessárias para que esta seja uma entidade formuladora da estratégia estudantil para disputa da Universidade.

Política de Formação

Conseguimos realizar uma boa apropriação do marxismo, a partir da nossa política de formação de quadros; Não caímos no fatal desvio eurocêntrico, compreendendo, através do CRB (Curso Realidade Brasileira) as contradições inerentes à realidade brasileira; Contribuímos na construção do Núcleo de Educadores da ENFF, conseguimos avançar na compreensão acerca das formulações estratégicas.

Com a construção da nossa Escola Nacional de Formação de quadros demos um salto de qualidade do ponto de vista ideológico.

Desafios

- Como enfrentar a luta ideológica com outras forças conservando a unidade política.
- Problematizar e avaliar a nossa política de formação de quadros adequando á perspectiva da ação.

- Aprofundamento do debate em torno do feminismo do ponto de vista dos elementos teóricos;
- Aprofundar a compreensão dos impactos ideológicos forjado pelo neoliberalismo;
- Compreender as transformações operadas nas formas de organização do trabalho (reestruturação produtiva e flexibilização de direitos);
- Compreender a partir da investigação científica a realidade do mundo sindical;

07 - A Identidade da consulta Popular

Após 13 anos de existência e muitas fases que marcam nosso processo de construção, cada vez mais nossa organização busca definir sua identidade, suas raízes históricas.

Esse é um processo comum em qualquer grupo, assim como os povos passam por isso, as organizações passam por isso.

A Simbologia de uma organização se constrói à medida que toma decisões e promovem ações que as materializam, de maneira que seja vista sob a imagem do que realiza. Essa imagem pode ser um símbolo, ou uma palavra de ordem, ou até mesmo uma canção, ou todos juntos, mas não são escolhidos por nós, mas por quem nos vê e nos reconhece pelas nossas idéias e ações.

Hoje nossa simbologia está construída em torno do Projeto Popular pelo Brasil e esta idéia se realizam ações respeitando alguns pontos:

“Devemos nos referenciar sempre nos grandes pensadores e mártires do povo, que ao longo de nossa história contribuíram significativamente para a luta pela libertação do povo brasileiro.

Devemos usar como símbolos de unidade e de construção de nosso projeto popular, as bandeiras de nossos movimentos de massa e a bandeira do Brasil.

Devemos estimular a utilização de todas as formas de manifestações culturais de nosso povo a favor de um projeto de mudança social. Utilizar as músicas, hinos, teatro, trovas, etc..

Desenvolver uma nova prática pedagógica política, que eduque pelo exemplo, pela humildade e não pela disputa, pelo vanguardismo, hegemonismo ou sectarismo.”

Desafios:

- É preciso retomar a questão da identidade sob uma perspectiva mais profunda dentro do nosso debate ideológico.
- Nossa simbologia não pode ser simplesmente discutir um símbolo visual ou uma bandeira para a consulta, mas o que somos na história do nosso povo, na história da esquerda.
- Nós somos a continuidade de que projeto histórico? Quem somos nós, somos filho de que herança, que tradição? Qual história? Qual projeto? Que bases? Que método?
- O que falta na nossa constituição que permita uma maior firmeza na nossa identidade política e ideológica?

08 - Desafios para a IV Assembléia Nacional

1) Aprofundamento do debate Estratégico

2) Debate Tático

2) Identidade da Consulta Popular

3) Plano Nacional de Construção